

NECROPOLÍTICA E OS AFETAMENTOS PSICOLÓGICOS EM CORPOS TRANS: UMA REVISÃO DE LITERATURA.

*NECROPOLITICS AND PSYCHOLOGICAL AFFECTS IN TRANS BODIES: A
LITERATURE REVIEW.*

Gesilane Domingo de Sousa¹

Lucas Cardoso Aires²

Samara Kariny Cavalcante³

Webster Arruda Leite⁴

Iasminny Loiola Teixeira⁵

RESUMO

Segundo a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA, 2022), o Brasil está em primeiro lugar no ranking de países mais transfóbicos e que mais matam corpos-trans, assim, é fundamental entender as providências tomadas pelo Estado levando em conta a violência e suposta negligência que acomete essa população, havendo em consequência disso grande incidência de adoecimentos mentais e tentativas de suicídio. Dessa forma, este trabalho tem o objetivo de investigar o fenômeno da necropolítica a partir dos afetamentos psicológicos em corpos trans, utilizando-se do método de revisão integrativa, ferramenta que possibilita a construção de uma nova contribuição literária a partir de estudos anteriores, por meio da catalogação, avaliação, análise, formulação de resultados, elaboração de discussão e considerações finais. Com a identificação dos artigos, percebe-se que a necropolítica é um fenômeno funcional no cotidiano brasileiro, no qual corpos-trans sofrem nas diversas esferas sociais por diversas violências: psicológica, moral, física, que os invalidam e contribuem para adoecimentos psíquicos. Refletindo a ausência de manejo do Estado brasileiro e seguindo a lógica necropolítica, quando se mata sutilmente por meio da negligência, se torna evidente a falta de políticas públicas efetivas que ofereçam suporte, garantindo os direitos elementares e específicos dos corpos trans, tornando evidente a necessidade de uma atenção especializada e direitos permeados por aspectos de equidade, tendo em vista a transfobia presente nos serviços de saúde, educação, meios corporativos e outros setores, que sustentam um sistema heteronormativo preconceituoso e adoecedor. Assim, há a necessidade da elaboração de medidas para lidar com os efeitos da necropolítica trans, possibilitando condições ideais de cidadania, fomentando a diversidade sexual e investindo em mais pesquisas empíricas para compreender os efeitos da necropolítica em detrimento da saúde mental dessa população.

Palavras-chave: necropolítica, transexualidade, saúde mental, preconceito, abjeção.

ABSTRACT

According to the ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS (ANTRA, 2022), Brazil is the first grip in a ranking of countries with the biggest number of transsexuals and travestis murders, therefore is fundamental to understand the providences taken by the government considering the violence and supposed neglect above this population and consequently causing mental illness and suicide attempts. That said this article has as main goal to investigate the phenomenon of necropolitics from the psychological affectations in "trans-bodies", using the method of integrative review that is a tool which turns possible the construction of a new literary contribution from previous studies, through cataloging, evaluation, analysis, results formulation, elaboration of discussion and final consideration. Through articles identification is possible to notice that the necropolitics is a functional phenomenon in brazilian daily in which "trans-bodies" suffer in several social spheres by several violence types: psychological, moral, phisic that invalidate and contribute to mental illness. Reflecting the absense of providences from the brazilian government and analyzing the nocropolitics' logic, when it kills subtly through the neglect, it becomes evident the absence of efective public and social politics which offer suport, ensuring the elementar and especific rights of "trans-bodies", lighting the necessity of an especialyzed attention and rights permeated with equity aspects, in light of the transphoby present services such as: health, education and corporate, and also in other areas which support a heteronormative, prejudiced and sickening system. Therefore there are necessity of elaboration of ways to deal with the transsexual necropolitics effects, making possible ideal conditions of citizenship, encouraging the sexual diversity and investing on more empirical researches to understand the effects of the necropolitics in detriment of mental health of this population.

Keywords: necropolitics, transexuality, mental health, preconception, abjection

INTRODUÇÃO

O afetamento psicológico é um fenômeno que se expressa no formato de estados emocionais desagradáveis, qualificados ou vagos, depositando densas descargas afetivas no psiquismo dos indivíduos, tomando maiores proporções e complicações, principalmente quando eles vivem de modo precário, sem possibilidades sociais e políticas de existirem devido a ausência de manutenção da vida, como é o caso de pessoas transexuais e travestis: corpos estigmatizados e que habitam espaços de vulnerabilidades, assim expondo a falta de assistencialismo de políticas públicas efetivas que contribuam para a sobrevivência e dignidade dessas pessoas (PENNA, 2017).

De acordo com Chinazzo (2019) grupos socialmente marginalizados, como é o caso dessa população, seriam mais facilmente atingidos por problemas concernentes à saúde mental, pois as condições de vulnerabilidade vivenciadas por essas pessoas são identificadas como estressores, que seriam também responsáveis por desfechos negativos: ansiedade, depressão, uso de substâncias, tentativas e ideias suicidas, definindo essas vivências como estresse de minoria, além de na maioria das vezes serem alvos das mais diversas formas de

violência possíveis, como se já não bastasse ter que se defender no tocante ao quadro de vulnerabilidade que se encontram, ainda precisam lutar pela dignidade de ser e de existir sem ser alvo do outro.

Segundo a Associação Nacional de Travestis e Transexuais no Brasil (ANTRA, 2022), pelo décimo terceiro ano consecutivo, o Brasil permanece em primeiro lugar no ranking de países mais transfóbicos e que mais matam corpos-trans. Além disso, a média de homicídios durante 2008 a 2021 é de 123,8 assassinatos anualmente, tendo em vista que o último ano ultrapassou a média, contabilizando 140 casos, excedendo a cota estipulada pela pesquisa consideravelmente. Logo, registrando o aumento de 141% em relação a 2008, primeiro ano de monitoramento da ONG Trangender Europe (TGEU).

Além disso, o Atlas da Violência (2021), pincela informações a respeito da população trans, notificando o aumento absoluto de 5,6% de violência física e 13,5% de violência psicológica; havendo a redução de 3,4 % das notificações de tortura, porém o agravo de 30% em relação a outros tipos de violências. Logo, é nítida a precariedade das condições de existência que esse público é submetido, tornando ainda mais drástica a situação de mulheres transexuais e travestis, pois, como notifica a ONG Trangender Europe (TGEU) em 2020, 98% das pessoas trans assassinadas no mundo expressavam o gênero feminino, sendo que 82% dos casos aconteceram em solo americano, e tendo o Brasil sido o palco de 43% dessas mortes.

Ainda, levando em consideração a violência que ameaça a vida das pessoas trans, é fundamental o entendimento das oportunidades e vulnerabilidades ofertadas e negligenciadas pelo Estado brasileiro visando esses corpos, para que se possa formular uma compreensão acerca da grande incidência de adoecimento mental e tentativa de suicídio advindas desse público, principalmente atentando-se aos números do Instituto Williams (UCLA) que leva em conta fatores demográficos e concluindo que 45% das tentativas de suicídio ocorrem entre jovens de 18 a 24 anos; 54%, entre pessoas que se declaram multirraciais, ratificando a máxima de que mulheres transexuais e travestis negras são mais acometidas por estressores no Brasil (CUNHA et al., 2021, p.10).

Logo, se faz relevante que pesquisas relacionadas aos impactos psicológicos na população trans, em decorrência de um projeto de morte do Estado brasileiro, tornem-se cada vez mais frequentes, porque é através disso que é possível ter dimensões do quanto a população sofre com questões concernentes ao adoecimento mental, causado por diversos abusos e invalidações, como as violências físicas, verbais e institucionais, o desemprego, a ausência de esperança, a exclusão familiar, e pode-se pensar em estratégias que objetivem

formas de lidar com esses aspectos e os adoecimentos gerados em decorrência deles (ANTRA, 2022).

Por outro lado, se faz importante pensar nas políticas públicas existentes e os motivos pelos quais essas políticas não funcionam de modo efetivo, levando-se em conta, principalmente, que a população transexual e travesti, mesmo diante de altos níveis de estressores como se atenta Chinazzo (2019) permanece sendo ainda alvo de diversas violências e assassinatos, tornando-se extremamente necessário que este trabalho se questione sobre quais benefícios o Estado brasileiro adquire no tocante aos afetamentos psicológicos e a aniquilação em massa que consome esses corpos, considerando a ausência de rigor em punir os infratores dos direitos dessa população e as políticas públicas em vigor, porém não arrojadas, que deveriam contemplar essas pessoas, mas não as asseguram (ANTRA, 2022).

Em virtude dos fatos mencionados, o presente estudo tem por objetivo geral investigar o fenômeno da necropolítica¹ a partir dos afetamentos psicológicos em corpos trans, e tem como objetivos específicos: explicar o conceito de “necropolítica” a partir das experiências de vida dos corpos trans; compreender os afetamentos psicológicos vivenciados pelas pessoas trans no contexto da necropolítica; e discutir os afetamentos psicológicos em corpos trans a partir da necropolítica nos serviços de saúde. Para isso, utilizando-se do método de revisão de literatura, uma ferramenta de metodologia que possibilita a construção de uma nova contribuição para a ciência a partir de estudos anteriores, sendo estruturada e realizada com catalogação, avaliação, análise, formulação de resultados, elaboração de uma discussão e considerações finais.

REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Necropolítica e os Corpos Trans

A necropolítica, segundo Mbembe (2021) é quando o Estado brasileiro exerce a expressão máxima de sua soberania por meio do forjamento de mecânicas silenciosas, ideológicas e refinadas, decidindo quem deve morrer, instaurando uma política de morte. Esse fenômeno, de acordo com Butler (2020) depende diretamente das condições precárias de vida de uma população e o quanto se pode torná-la sem apoio e ausente de condições reais de possibilidades de tornar a vida suportável e vivível. Desse modo, tem-se o retrato da população transexual e travesti no Brasil, que enfrenta diversos tipos de violências e tem os

¹ Necropolítica - termo cunhado por Achille Mbembe (2003), definido pelo uso do poder social e/ou político, principalmente pelo Estado, para gerar condições de risco ou a morte de alguns grupos populacionais por meio de ações diretas ou pela negligência em suas funções.

seus direitos elementares, como deveria assegurar a Constituição Federal de 1988, negados e negligenciados, principalmente no tocante à dignidade da pessoa humana.

De acordo com Chinazzo (2019) a população de pessoas transexuais, apesar de enfrentar situações estressoras comuns do cotidiano, necessita se preocupar também com questões concernentes ao preconceito relacionado ao seu corpo, gênero e expressão de gênero. Além disso, essas pessoas vivem diversas privações no decorrer da vida, como a ausência de esperança, o desemprego, a exclusão familiar, que acarreta uma porção de afetamentos psicológicos difíceis de lidar, principalmente quando as políticas públicas existentes não conseguem agir efetivamente em auxiliar e proteger essa população, pois o próprio governo é um dos agentes que têm sido responsáveis pelo problema sob diversos aspectos (ANTRA, 2022).

Dessa forma, devido a tais circunstâncias, as pessoas transexuais e travestis são acometidas por transtornos de ansiedade, depressão, crises de pânico, devido à falta de suporte e as diversas formas de violência, tendo como desfecho negativo as taxas de suicídio. De acordo com Antra (2022), em 2021, houve 12 casos contabilizados de suicídios no país, 2 homens trans e 10 mulheres trans/travestis, corroborando para a constatação de que enquanto homens trans apresentam mais ideações e tentativas, mulheres trans e travestis conseguem ter sucesso no ato.

Além disso, há a existência de um mito de que as pessoas transexuais e travestis têm problemas mentais devido às suas questões de gênero, porém isso é herança da estigmatização que foi feita a esses corpos, porque o que realmente adocece essas pessoas é que além de passarem por conflitos comuns a todo ser humano e suas fases de desenvolvimento, elas precisam conviver com a exclusão social, a negação de seus direitos fundamentais, a impossibilidade de acessar serviços de saúde específicos, falta de respeito ao seu nome social, ausência de uma rede de apoio concisa e a omissão do Estado. Todo esse aparato de morte contribui para o adoecimento e para o suicídio dessas pessoas. (ANTRA, 2022).

2.2 O Desenvolvimento de uma Necropolítica e suas Consequências Psicológicas

Em virtude dos fatos mencionados, tais características assumem uma forma reativa para o extermínio desse grupo, pois quando o Estado os mantém fora do reconhecimento jurídico e das civilidades por meio de uma organização hierárquica e gerencial, estes não têm acesso aos seus direitos, o que leva a uma desumanização, diminuição da força de vida e a subalternização desses indivíduos de acordo com sua posição nessa hierarquia hegemônica e

normalizadora, para que assim sejam exterminados de modo justificável e sutil, já que esses corpos estão numa condição inumana (AGAMBER, 2004).

Além de toda a negligência que o Estado brasileiro tem com a comunidade T, o preconceito ainda continua sendo a principal força-motriz que impossibilita o reconhecimento dos diversos problemas que assolam essa população, inclusive os afetamentos psicológicos. Segundo Alport (1954), o preconceito foi definido a partir de uma atitude hostil contra um membro de um grupo por pertencerem àquele grupo, atribuindo características ou aspectos negativos. Assim, ressalta-se que esse cenário de ódio e de atos transfóbicos assolou essa população de forma mais intensa em meados de 2020, quando a política passou a ser representada por alguns líderes políticos que passaram a governar o país em 2018, ditando quem poderia ou não ser digno de viver livremente biologicamente, economicamente e socialmente, configurando-se, dessa forma, um quadro de necro-Trans-política (ANTRA, 2020).

A transfobia é o ato de violentar ou excluir pessoas transexuais e travestis (RIBEIRO, SILVEIRA, 2020) e os seus efeitos se expressam na manipulação de dados por órgãos regidos pelo Estado no intuito de colocar para debaixo do tapete a real situação de descaso que assola essa população, na omissão de criação de políticas públicas por parte do Governo, que colabora para a propagação de mais agressões e mortes desses sujeitos, principalmente quando o atual repudia qualquer pauta LGBTQIAPN+², confirmando o lugar de abjeção desse público através de estereótipos e teorizações que os colocam na posição de inimigos do “Estado de Ordem” (AGAMBER, 2004).

De acordo com o Atlas da Violência (2021), que conta com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) na produção dos seus dados, em 2019 houve queda expressiva de denúncias de homicídios e tentativas contra o público trans, o menor número da década. De fato, relatórios produzidos pela ANTRA e pelo Grupo Gay da Bahia (GGB), que dispõem de dados mais fidedignos e completos, apontam para uma diminuição, porém diverge grosseiramente da queda abrupta mostrada no documento do Ministério da Saúde, que foi embasado pelo compilado de registros informados pelo Disque 100 em 2019 (ANTRA, 2022).

² LGBTQIAPN+ - atualizada pela ABGLT em 2022 a sigla define um movimento político em busca de representatividade e direitos relacionados às diferentes formas de expressão de gênero e orientações sexuais separadas em grupos: lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, transgêneros, travestis, queer, intersexuais, assexuais, pansexuais, não-binários e com o + que inclui outras formas não explícitas na sigla.

Apesar da existência de estatísticas criadas pelo Governo Federal no que diz respeito ao Atlas da Violência (2021), é fundamental que a filtragem dos dados constatados seja esclarecida, atentando-se também a se questionar o porquê perguntas relativas à orientação sexual e identidade de gênero foram removidas do recenseamento, já que Cerqueira (2020) aponta a pobreza e defasagem de informações no mesmo documento referente a população transexual e travesti. Indo, assim, na contramão da necessidade de munir a sessão referente às sexualidades dissidentes com maiores informações e análises mais profundas a respeito do índice de violência dessa população (ANTRA, 2022).

Assim, esses eventos colaboram para a especulação de que o Estado brasileiro busca através de certas estratégias invalidar a existência dessas pessoas, ao mesmo tempo que também colabora para a barbárie que assola essa população, pois 141 mulheres trans e travestis foram assassinadas violentamente em espaços públicos em 2021 (ABGLT e ANTRA, 2022). De acordo com Goerch e Silva (2019), essa lógica odiosa em relação a população também é verificada nos espaços corporativos que, dotados de preconceitos, geralmente, são incapazes de lidar com questões que fogem a heterossexualidade, dificultando a inserção a manutenção e evolução dessas pessoas no mercado de trabalho.

Dessa forma, quando os espaços sociais comuns: restaurantes, terminais, hospitais, empresas, shoppings e igrejas são regidos obrigatoriamente por uma lógica normativa, o que se expressa é a compulsoriedade à heterossexualidade, que é o entendimento de que existe uma matriz heterossexual e que dela sai tudo e todos, forjado exclusivamente nesse modelo binário³, sem flexibilidade para compreender e lidar com qualquer comportamento ou espaço que fuja desse destino (BUTLER, 2020).

Devido a isso, de acordo com Goerch e Silva (2019), as violências tornam-se recorrentes nesses espaços porque as pessoas transexuais e travestis, com o modo de viver seu gênero e as expressões advindas dele, afrontariam os valores conservadores desses lugares hegemonicamente normativos, o que ocasionaria a exclusão delas desses espaços comuns. Logo, esse sistema sexual fragilizado, gerado pela matriz heterossexual, buscaria impedir o acesso dessas pessoas a esses espaços, reafirmando o preconceito e redirecionando esses corpos ao lugar da abjeção, numa tentativa de higienização social ao excluí-los.

Toda essa compulsão por produções heterocisnormativas e a maquinaria ideológica repreensiva tem um sentido de existir e perdurar. Entre os séculos XVIII e XIX, Foucault (2019) investiga que um aparato médico e jurídico foi formado e reestruturado para garantir o

³ Modelo binário de gênero ou binaridade de gênero - Conceito que define e separa os gêneros em apenas duas categorias fixas, homem ou mulher, masculino ou feminino.

lugar da normalidade sexual, pois para atender a grande demanda pré-capitalista que se aproximava da indústria, a Europa necessitaria de um sistema que produzisse pessoas para o trabalho, já que diversas guerras e pestes haviam dizimado parte significativa da população em séculos anteriores.

Ainda de acordo com Foucault (2019), era necessário que para a implantação de uma ideologia normativa dos sexos, houvesse um forte regulador e censor social: a Igreja, que protegeria esse recém-nascido sistema de se desfazer, impondo restrições, medos e excluindo através de um imperativo social todos aqueles que não seguissem a lógica do que em pouco tempo seria a constituída família nuclear, sendo essencial que essa união homem/mulher tivesse como resultado uma prole, estabelecendo relações válidas e reconhecidas a nível social, e suprimindo a necessidade demandada pelo mercado.

Aparentemente, não foi pensado socialmente um lugar de validade e de dignidade para os corpos trans, que habitam na exceção da normativa. Contudo, segundo Butler (2020) todos os que habitam em sociedade são enquadrados, sejam para viver ou para morrer, pois os que são deixados para morrer acabam sendo abocanhados pela condição precária, não havendo condições individuais e sociais dignas para a manutenção de suas existências, tal qual ocorre com as pessoas transexuais e travestis em sociedade brasileira desde quando passaram a ser percebidas.

Percepções estas que são destinadas a espaços estigmatizados e “irreconhecíveis” de violências constantes, pois como desenvolve ainda a autora, o reconhecer é um ato de reciprocidade, é o que está para além da apreensão, que se instala como uma prévia ao reconhecimento, podendo essa nunca atingir o título de validez: um conhecer sem reconhecer, pois seria necessário também um encadeamento a uma matriz de inteligibilidade (lugar em que esses corpos não estão) que contribuiria com as condições normativas do que se é vida, para sê-la reconhecida, amparada e assistida como tal.

Em decorrência dessa zona abjeta, a discriminação contribui para a aniquilação dessa população, de formas reais e simbólicas, como em alguns casos, como a violência conjunta destinada a Dandara por civis; como o apagamento de identidade de Xica Manicongo pela Igreja; e pela manipulação de dados executada pelo Governo Federal, principalmente quando opta por afrouxar a rigidez da contabilização de informações sobre essas pessoas, distribuindo-a por diversos censores: Disque 100, Sinan, Ipea, como é visto no Mapa da Violência (2021) e também como é questionado por Cerqueira (2020) quando informa que perguntas relacionadas a orientação sexual e gênero foram retiradas do recenseamento.

Assim, como pontua YOUNG (1990), a abjeção funcionaria como um marcador social que designa tudo aquilo que está do lado oposto onde se encontra a norma, posicionando as pessoas transexuais e travestis como a exceção da regra; é o alarme aversivo e subversivo; produzindo, oficialmente, segundo Butler (2017) uma percepção sobre a essência daquilo que não existia, pois não se tinha nome. Logo, constatando que existir sem reconhecimento é estar fadado à invisibilidade e, em consequência disso, estar passível de diversas violências e negligências que levam esses indivíduos a adoecimentos (BUTLER, 2020).

2.3 A Necro-Trans-política e os Afetamentos Psicológicos recorrentes na atualidade

Em 2021, a Organização Mundial de Saúde (OMS) notificou o aumento de mais de 25% de ansiedade e depressão. Além disso, em 2019, ela registrou que quase 1 bilhão de pessoas viviam com algum tipo de transtorno mental e que sujeitos que possuem algum transtorno mental em estado grave podem reduzir a vida em 10 ou 20 anos quando comparado com a população em geral. Por outro lado, na população transexual e travesti, os números se tornam mais impactantes, principalmente quando se considera a vulnerabilidade dessa população e a defasagem de políticas públicas efetivas para ela (ANTRA, 2022).

No Brasil, nos últimos 4 anos, aumentou de forma quase que triplicada a preocupação com a saúde mental e que isso se deve principalmente ao período da Pandemia de Covid-19 que assolou todo o planeta (BBC, 2022). Porém, é importante não esquecer do quanto o Governo Bolsonaro dificultou o manejo desse momento. Em decorrência disso, toda a população trans sofreu severamente com a perda de familiares e amigos, os lutos não vivenciados, com a intensificação da insegurança alimentar, com a restrição ao trabalho, afetando diretamente a subsistência, e com o medo da morte, que foi um fenômeno geral (ANTRA, 2022).

Em virtude disso, não se faz difícil compreender que o adoecimento dessa população tenha diversos motivos e que muitos deles estão diretamente relacionados com a falta de assistência de um Governo que não tem compromisso nenhum em oferecer bem-estar e dignidade de vida para a comunidade trans. Todas as violências destinadas a ela, estupro corretivo, homicídios, tortura, discriminação ao nome social, apesar da proteção da Lei de Crime Racial, nº 7.716, de 5 de Janeiro de 1989, aplicada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 2019, que passou a prever a proteção de outras minorias, como a comunidade LGBTQ+, não há punições severas para os infratores, o que possibilita que essas violações permaneçam acontecendo na sociedade brasileira (CUNHA et al., 2021).

Assim, a insegurança e a impunidade tornam-se, também, motivos adoecedores, juntando-se com os estressores denunciados por Chinazzo (2019). Esses motivos levam os corpos trans a vivenciarem sentimentos de perigo e impotência, vivenciando o fenômeno de desamparo aprendido, que segundo Maier & Cols (1969) e Maier & Seligman (1976) se estabelece quando o sujeito passa a entender que não tem outra escolha a não ser suportar os ataques que sofre e extingue de seu repertório, comportamentos de fuga ou esquiva, o que refletem nas suas motivações, saúde física e psíquica, aumentando a possibilidade de adoecimentos e o agravamento de transtornos já presentes.

Dessa forma, de acordo com Antra (2022) alguns transtornos tornaram-se frequentes nessa comunidade, como é o caso do Transtorno de Ansiedade Generalizada (TAG), que de acordo com Halgin e Wihtbourne (2017) se caracteriza como um adoecimento psíquico onde os acometidos estão sempre preocupados sem algum motivo aparente, tendo como sintomas frequentes inquietação geral, obtenção de sensação de cansaço com facilidade, distúrbios do sono, tensão muscular, irritabilidade, acompanhados de problemas com a concentração. De acordo com os autores, 32% dos casos se manifestam de forma grave.

Além disso, essas pessoas vivenciam outros tipos de transtornos que levam em consideração sintomas de ansiedade, como Transtorno de ansiedade social, que está diretamente ligado à tentativa de evitação de humilhações e constrangimentos, situações típicas na vida de pessoas trans; Transtorno de Pânico, Transtorno de Estresse Pós Traumático e Agorafobia, que são psicopatologias as quais as pessoas transexuais e travestis estão mais vulneráveis de serem acometidas, principalmente pela falta de segurança em suas atividades de trabalho, as tentativas de homicídios constantes que sofrem e outras situações de abusos que vivenciam (ANTRA, 2022).

Um outro transtorno presente nessa comunidade é a Depressão ou Transtorno Depressivo Maior, que se configura como a vivência de sentimentos intensos de tristeza por um longo período. A disforia, que seria essa tristeza elevada, é peça chave na composição da psicopatologia (HALGIN e WHITBOURNE, 2017). Esse transtorno também pode estar atrelado a outros transtornos, como no caso da população T⁴ que também, de acordo com Antra (2022) sofre com transtornos relacionados a substâncias e a ansiedade, principalmente em decorrência do desamparo sofrido pelas famílias, pela omissão de assistência e incompetência da política do Governo Bolsonaro em amenizar a violência, configurando comorbidades.

⁴ População T - A letra T na sigla LGBTQIAPN+ faz referência ao grupo populacional de pessoas transexuais, transgêneros e travestis.

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (2019), não é raro que muitas tentativas de suicídio ou o ato bem-sucedido tenha alguma vinculação com transtornos mentais. Segundo Cassorla (2017), a relação, por exemplo, de atos suicidas com o transtorno por abuso de álcool é evidente; de 12% a 21% acabam por se suicidarem com intenção. Corpos trans, por estarem imersos numa realidade geralmente mais violenta e com níveis de riscos mais elevados, podem ser acometidos pelo transtorno, principalmente como modo de fugir dessa realidade, levando em conta experiências de agressões e tentativas de assassinatos e situações discriminatórias (SOUZA *et al.*, 2022).

Assim, todos esses afetamentos psicológicos, produzidos pelas condições precárias da realidade de pessoas trans, juntamente às condições estressoras pontuadas por Chinazzo (2019), colaboram determinadamente para a possibilidade de suicídio dessa população. Segundo Luz e Toresan (2020) o estresse de minoria causa prejuízos na saúde mental da população LGBT+ e que também em consequência dele existe uma forte indução a comportamentos de risco, principalmente suicídio e o abuso de substâncias.

De acordo com Antra (2022) é muito difícil que a catalogação de números referentes ao suicídio de pessoas trans e travestis sejam contabilizados corretamente. Contudo, alguns dados fornecidos por Antra (2022) aponta que 66,4% de transhomens entrevistados já pensaram em cometer suicídio e que grande parte das motivações estão atreladas à discriminação que existe em equipamentos de saúde, na educação e na própria família. Além disso, ainda de acordo com Antra (2022) pessoas que convivem com a família têm mais ideias do que aquelas que foram expulsas de casa, sobretudo esses sujeitos permanecem sendo foco de outras violências.

Por outro lado, boa parte da população travesti e transexual é expulsa de suas moradias por seus familiares, por questões relativas principalmente ao preconceito; além disso, essa mesma população, principalmente por falta de acolhimento acaba por não ter condições de permanecer na escola, abrindo mão do seu processo educacional; em outras vezes, o bullying, apesar do acolhimento familiar, é um vilão no processo de evasão escolar. A vivência sem rede de apoio, principalmente quando esses corpos passam pelas diversas situações precárias já citadas, os coloca em um limbo existencial onde o flerte com o suicídio e o ato propriamente dito torna-se propício (ANTRA, 2022).

MÉTODOS

Foi realizada uma revisão de literatura a fim de investigar o fenômeno da necropolítica a partir dos afetamentos psicológicos em corpos trans. A revisão de literatura é uma ferramenta

de metodologia que possibilita a construção de uma nova contribuição para a literatura a partir de estudos anteriores. Essa estratégia, por meio de critérios pré-estabelecidos, permite uma análise crítica e avaliação das produções científicas que foram construídas sobre uma temática (Deus & Dias, 2016). Serão adotadas as seguintes etapas para elaboração dessa revisão: formação de uma questão norteadora, apontar os critérios de inclusão e exclusão, analisar e interpretar os resultados encontrados, bem como realizar uma síntese do conhecimento (Rückert, Cunha, & Modena, 2018).

Seleção da literatura

A busca foi realizada no período de setembro de 2022 nas bases de dados Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Periódicos Eletrônicos em Psicologia (PePSIC) e *Scientific Electronic Library Online* (SciELO). Essas bases de dados foram escolhidas para compor produções científicas nacionais e internacionais. Não haverá uma delimitação do período de publicação tendo em vista uma visão vasta acerca das publicações que se relacionam com o objetivo exposto.

Para estabelecimento dos descritores foram consideradas as principais terminologias relacionadas com a temática e o objetivo deste estudo. Os descritores foram examinados no seguinte site: Terminologias em Ciências da Saúde (DECS saúde) e de uma busca exploratória com diferentes termos associados à temática. Os descritores estabelecidos para a realização da busca de dados serão os seguintes: "necropolítica", "política", "saúde mental", "transsexualidade", "corpos trans", "pessoas trans", "minorias sexuais", "ansiedade", "depressão", "morte" e "transfobia". Desse modo, foram utilizadas 39 combinações entre os seguintes descritores: "necropolitica/necropolitics/necropolítica" OR "transsexualidade/Transsexualism/Transsexualidad", AND "politica/politics/política", "saúde mental/ Mental Health/Salud Mental", "corpos trans/cuerpos trans/trans bodies", "pessoas trans/Transgender Persons/Personas Transgénero", "Minorias Sexuais/Sexual Minorities/Minorías Sexuales" AND "ansiedade/Anxiety/Ansiedad", "depressão/Depression/Depresión", "morte/death/muerte", "transfobia/transphobia/transfobia", totalizando 13 combinações em cada idioma (português, espanhol e inglês). Objetivando uma visão vasta da literatura referente à temática, estabeleceu-se que os descritores poderiam estar contidos em qualquer parte dos artigos da busca.

CrITÉRIOS DE INCLUSÃO

Os critérios de inclusão estabelecidos foram: a) artigos empíricos completos com amostra de pessoas trans; b) estudos nos idiomas português, inglês e espanhol; e c) publicações de todas as áreas da ciência que apresentam relação com o objetivo deste estudo.

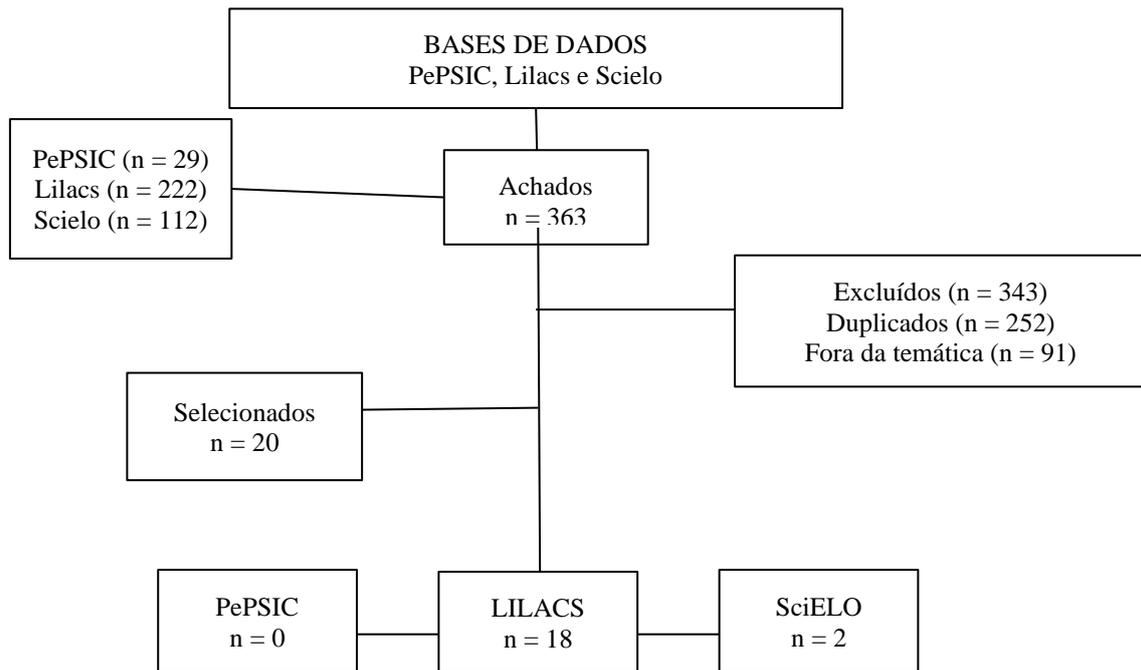
CrITÉRIOS DE EXCLUSÃO

Para os critérios de exclusão dos artigos foram estabelecidos: a) duplicados; b) estudos documentais; c) revisões de literatura e d) artigos que não estiveram disponíveis para download.

Procedimento

Inicialmente, foi realizada uma busca nas bases de dados e nas combinações dos descritores selecionados. A partir da leitura dos resumos, os artigos serão avaliados para pesquisa de acordo com os critérios de inclusão/exclusão. Foi construída uma planilha no Excel a fim de extrair os seguintes dados dos artigos localizados: a) ano de publicação; b) autores; c) resumo d) revista; e) idioma; f) localização geográfica; g) delineamento do estudo; h) amostra; e i) apontamentos (resultados) dos efeitos da transfobia. A síntese e interpretação dos dados ocorrerá por meio da análise de conteúdo (Bardin, 2016), no qual serão consideradas as seguintes etapas: a) leitura exaustiva dos artigos selecionados; b) detalhamento das características dos estudos. Com análise dos artigos serão construídos os resultados e discussão dessa pesquisa.

A partir da busca foram identificados 363 artigos; destes, foram selecionados para a análise final 21 artigos (ver Figura 1). Em síntese, os artigos foram excluídos por serem duplicados (n = 252) e por estarem fora da temática (n = 91). A maioria dos artigos selecionados estavam indexados na Lilacs (n = 222), seguido da SciELO (n = 112) e Pepsic (n = 29).

Figura 1. Fluxograma

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com a identificação dos artigos selecionados pode-se perceber que houve um aumento quantitativo de pesquisa dentro da temática desde o ano de 2009, de modo especial para o ano de 2022 tiveram 5 publicações que versam sobre a temática. A partir da leitura e análise do material da literatura foram selecionados $n = 20$ artigos que atenderam os critérios de inclusão.

Tabela 1. Artigos selecionados para coleta de dados

ARTIGOS	TÍTULO	AUTORES	PERIÓDICOS	ANO DE PUBLICAÇÃO	PALAVRAS – CHAVES
01	Criar um mundo pra si: agenciamentos de cuidado de pessoas trans, travestis e não-binárias para uma vida possível	Santos, Michel de Oliveira Furquim dos.	LILACS	2022	Transexualidade and morte

02	Ambulatório T da Atenção Primária à Saúde de Porto Alegre: política pública de inclusão e garantia de direito à saúde de pessoas trans	Thomazi, Guilherme Lamperti; Avila, Simone; Teixeira, Luciana Barcellos.	LILACS	2022	Transexualidade and transfobia
03	Para além do processo transexualizador: concepção e implementação de um serviço despatologizador e integral à saúde trans e travesti no contexto da atenção primária à saúde na cidade de Porto Alegre (RS)	Lucena, Marcelle Medeiros; Ferreira, Guilherme Gomes; Floss, Mayara; Melo, Diego Azevedo Conte de.	LILACS	2022	Transexualidade and transfobia
04	A vivência de estudantes transgênero na universidade	Viana, Carolina Pinto; Delgado, Igor Matheus; Rosa, Anderson; Neves, Vanessa Ribeiro; Siqueira, Lucíola DEmary.	LILACS	2022	Transexualidade and transfobia
05	The experience of trans or transvestite women in accessing public health services	Guilherme Sacheto Oliveira, Anna Maria de Oliveira Salimena, Lucia Helena Garcia Penna, Alanna Fernandes Paraíso, Camila Messias Ramos, Marcelo da Silva Alves, Zuleyce Maria Lessa Pacheco.	SciELO	2022	Transexualidade and transfobia

06	Impacto do estresse de minoria em sintomas depressivos, ideação suicida e tentativa de suicídio em pessoas trans	Chinazzo, Ítala Raymundo; Lobato, Maria Inês Rodrigues; Nardi, Henrique Caetano; Koller, Silvia Helena; Saadeh, Alexandre; Costa, Angelo Brandelli.	LILACS	2021	Transexualidade and estresse de minorias
07	Inconfidências de abril: impacto do isolamento social na comunidade trans em tempos de pandemia de covid-19	Santos, Manoel Antônio dos; Oliveira, Wanderlei Abadio de; Oliveira-Cardoso, Érika Arantes de.	LILACS	2020	Necropolítica and transexualidade
08	Experiência conjugal de casal cis-trans: contribuições ao estudo da transconjugalidade	Alexandre, Vinícius; Santos, Manoel Antônio dos	LILACS	2020	Necropolítica and transexualidade
09	O que pode o Sistema Único de Saúde em tempos de necropolítica neoliberal?	Agostini, Rafael; Castro, Adriana Miranda de	LILACS	2019	Necropolitics and Transgender Persons
10	Necropolítica tropical em tempos pró-Bolsonaro: desafios contemporâneos de combate aos crimes de ódio LGBTfóbicos	Medeiros, Ettore Stefani	LILACS	2019	Necropolítica and minorias sexuais

11	Corpo da criança, corpo do adulto: um olhar sobre as revisões diagnósticas que compõem fronteiras entre pessoas trans	Medeiros, Ettore Stefani	LILACS	2019	Transexualidade and saúde mental and politica
12	A construção epistemológica da transexualidade: a ciência, enfermagem e o senso comum	Janini, Janaina Pinto; Santos, Rosangela da Silva; Santos, Livia Fajin de Mello dos; Souza, Viviane de Melo	LILACS	2019	Transexualidade and saúde mental and politica
13	Necropolítica, políticas públicas interseccionales y ciudadanía trans	Claudia Lazcano Vázquez, Maria Juracy Filgueiras Toneli, João Manuel de Oliveira	SciELO	2019	Necropolitica and pessoas trans
14	Mulheres, travestis e transexuais: interseções de gênero em documentos de políticas públicas	Moreira, Maria Ignez Costa; Brito, Carolina Dantas; Oliveira, Carolina Mesquita; Alves, Cláudio Eduardo Resende.	LILACS	2018	Transexualidade and morte
15	Necropolítica trans: diálogos sobre dispositivos de poder, morte e invisibilização na contemporaneidade	Caravaca-Morera, Jaime Alonso; Padilha, Maria Itayra	LILACS	2018	Necropolitica and transexualidade

16	Processo de formação das representações sociais sobre transexualidade dos profissionais de saúde: possíveis caminhos para superação do preconceito	Santos, Adelyany Batista dos; Shimizu, Helena Eri; Merchan-Hamann, Edgar	LILACS	2014	Transexualidade and saúde mental and politica
17	Características clínicas de uma amostra de pessoas transexuais	Lerri, Maria Rita; Romão, Adriana Peterson Mariano Salata; Santos, Manoel Antônio dos; Giami, Alain; Ferriani, Rui Alberto; Lara, Lúcia Alves da Silva.	LILACS	2013	Transsexualism and Anxiety
18	Reflexões sobre a possibilidade da despatologização da transexualidade e a necessidade da assistência integral à saúde de transexuais no Brasil	Almeida, Guilherme; Murta, Daniela.	LILACS	2013	Transexualidade and saúde mental and politica
19	Discriminação, políticas e direitos sexuais no Brasil	Almeida, Guilherme; Murta, Daniela.	LILACS	2013	Transexualidade and saúde mental and politica
20	Atenção integral à saúde e diversidade sexual no Processo Transexualizador do SUS: avanços, impasses, desafios	Lionço, Tatiana	LILACS	2009	Transexualidade and saúde mental and politica

A partir da leitura completa dos artigos foram identificadas 3 categorias que versam sobre a temática, sendo elas: 1) Necropolítica e as pessoas trans; 2) Afetamentos psicológicos em ser trans e 3) Saúde para pessoas trans.

4.1 Necropolítica e as pessoas trans

A partir da pesquisa realizada, pôde-se perceber que a necropolítica é um fenômeno social presente no cotidiano brasileiro. Conforme observado, corpos-trans sofrem nas diversas esferas sociais, seja nos ciclos familiares, escolares, recreativos, profissionais e outros, através de diversas violências que os invalidam e contribuem para adoecimentos psíquicos. Desse modo, refletindo a ausência de manejo que o Estado brasileiro tem para com esses corpos, seguindo a lógica de biopoder, quando se mata sutilmente ao negligenciar o suporte a essas vidas, pois são vistas como grupos que colocam em risco a ordem normativa predominante. (MEDEIROS, 2019; VÁZQUEZ, 2019).

Segundo Carrara (2013), a política sexual advinda de questões sexuais e eróticas perpassa por aquilo que constitui no social e que regulamenta o casamento, a união e refere-se aos crimes sexuais, prostituição, etc. Assim, havendo um desejo de regulamentação moral no controle de corpos dóceis, e a partir daí determinar aquilo que deverá ser discriminado, marginalizado e transformado em objeto. Em complemento, para Caravaca, Moreira e Padilha (2018), a necropolítica surge influenciada por leis morais, biológicas e jurídicas instituídas em outros contextos, pautadas no patriarcado, binarismo de gênero e heteronormatividade⁵, tal cultura amplamente naturalizada por todos os meios, coloca em detrimento questões que não se encaixam nesta norma, assim, os limites, sanções e punições não surgem diretamente do Estado, mas são institucionalizadas e ganham uma nova perspectiva quando atreladas ao conceito de “panóptico”, ou seja, vigílias e sanções desde o ventre, nas expectativas de gênero ao nascimento, no brincar, na divisão binária no sistema escolar, nas profissões, nas vestimentas e nos comportamentos.

Logo, quando é percebido que a criança ou adolescente passa a fugir das normas, diversos mecanismos passam a reprimir estes comportamentos por meio da exclusão, invisibilidade, violências verbais e violências físicas, obrigando-os à normativa ou a se retirarem do contexto social; implícito ou não, estas repressões dão um sentido de culpa,

Heteronormatividade - Conceito que remete ao relacionamento heterossexual, ou seja, os relacionamentos entre pessoas de sexos opostos como único, correto ou como uma norma da sociedade.

pecado e erro à existência dessas pessoas, que são apagadas simbolicamente e forçadas a deixarem de existir, desaguando em possíveis suicídios, fobias, ansiedade, depressão, assassinatos hediondos e impunidade.

No Brasil, o Sistema Único de Saúde (SUS), criado como um direito social para atender à população, mas comandado por um poder soberano, permite a morte de alguns grupos específicos. Isso é visto claramente na precariedade de investimentos na área da saúde, com a redução de recursos no projeto Estratégia Saúde da Família (ESF), aumentando o número de doentes graves, e, por conseguinte, o aumento de mortes, como também ao se retirar programas de saúde, como, por exemplo, o programa Mais Médicos, essenciais aos cuidados preventivos, acentuando um agravo no aumento de doentes; inclusive na ausência de investimentos na Saúde Mental e HIV/AIDS, onde se recusa a olhar de maneira humana para as pessoas que não “adequam” ao que a sociedade moralista e religiosa prega (AGOSTINI; CASTRO, 2020).

Além disso, a manipulação de dados e a carência de informações coesas presentes em relatórios e nas pesquisas dirigidas por órgãos que respondem diretamente ao Governo Federal também é um modo de apagamento desses corpos, buscando tornar os seus sofrimentos invisíveis e/ou esporádicos para a população e instituições públicas que não estão a par do diálogo transidentitário. Assim, a falta de seriedade e da validade de dados de algumas pesquisas ocasionam impactos negativos em projetos que abrangem esse público e atrapalham a obtenção de melhorias, apesar das diversas formas de manifestações, colaborando para que prossigam inseridos em condições de vulnerabilidade (ANTRA, 2022).

Assim, se faz importante pontuar, como sugere Moreira et al (2018), que a violência a esses corpos se faz por uma lógica de relações desiguais e assimétricas de poder, onde a máquina que deveria elaborar, executar e garantir os seus direitos se apresenta como um rolo compressor. Atualmente, apesar da “sofisticação” das violências em seus formatos de destruir, os corpos trans ainda são atacados e violentados com requintes de crueldade: múltiplos tiros, diversas punhaladas, tesouradas, incineração, desmembramento, estrangulamento, mutilação de órgãos pós-morte, tortura, porque a lógica dessas violências não está em levar um corpo ao óbito, mas pelos excessos e extremos, infere-se o apagamento de uma ideia, a aniquilação de uma essência (ANTRA, 2022).

Outrossim, em tempos sombrios de pandemia, ocorreram diversas situações possíveis de análises, dentre elas é relevante destacar a atuação do representante político do Brasil na função de presidente, quando agiu de maneira desumana ao menosprezar os perigos da COVID-19, visando um controle de quem deveria viver ou morrer. Diante deste triste cenário

as pessoas trans foram duramente atingidas, com o aumento da violência, a invisibilidade e a falta de assistência em todos os sentidos (SANTOS et al, 2020).

4.2 Afetamentos psicológicos em ser trans

As mortes simbólicas atravessam o dia a dia das pessoas trans, pois quando há transfobia no contexto familiar, escolar e laboral, elas acabam não tendo espaço para serem autênticas, pois são vistas como estranhos a serem reprimidos e reeducados, inaceitáveis naqueles ambientes. Diante dessa condição de falta de apoio para as pessoas trans, se evidenciam zonas de vulnerabilidade social, pois para lidar com as condições familiares impostas se submetem a existirem através de identidades forjadas, que não são suas, para não serem expulsas de suas casas e abandonadas pelas famílias.

Logo, essa população está mais vulnerável aos sintomas de depressão, ansiedade e ideação suicida devido ao estresse da minoria. Esse estresse corresponde à ansiedade antecipada pela falta de acesso a direitos básicos e a frequente violência em diversos contextos. Diante dessa realidade de muitos estresses psicológicos foi constatado que um dos fatores protagonistas é o preconceito internalizado, tendo em vista que esses sujeitos associam a sua identidade a sentimentos vistos como socialmente negativos (Chinazzo, 2021).

Apesar de todas as tentativas de construir uma identidade passiva, que seja aceita pelo meio transfóbico, algumas pessoas transexuais e travestis acabam não suportando toda a repressão imposta. Dessa forma, de acordo com Leri (2017), a angústia da vivência na transexualidade a partir dos contextos transfóbicos requer uma atenção e cuidado especializado para lidar com os fenômenos que perpassam essa realidade, tendo em vista o alto índice de tentativas de suicídio (ANTRA, 2022).

De acordo com Alexandre e Santos (2019) a falta de um sistema escolar preparado e inclusivo favorece a situações de exclusão e bullying, que fomentam a evasão escolar ainda nas séries iniciais; tal conduta tem como consequência a exclusão do mercado de trabalho e o desconhecimento de direitos essenciais, já que mesmo para funções mais simples é necessária uma formação. Para além disso, pessoas pertencentes à população trans utilizam da “passibilidade” também como uma forma de reduzir o número de agressões diárias, que seria performar e atender as expectativas sociais do seu gênero atual e evitar discussões sobre a temática da transexualidade. Dessa forma, esses indivíduos são

colocados em uma situação de dependência, violência e invisibilidade, gerando sentimentos de desamparo e fracasso que mesmo com um contexto de apoio familiar, levam aos adoecimentos psicológicos.

Ademais, segundo Viana et al. (2022) há uma dificuldade em estudos sobre estudantes trans na universidade pois o índice de abandono no ensino médio da população trans é de aproximadamente 80%, enquanto o índice de universitários trans é de 0,02%. Após o acolhimento dos relatos, ficou claro que por mais que haja projetos de apoio para estes estudantes, eles vivenciam agressões veladas e silenciosas, difíceis de serem identificadas, como dificuldades para que aceitem seu nome social, sentimento de culpa e desconforto sobre o uso do banheiro, comentários e olhares ofensivos, exclusão nas escolhas de grupos e os regulamentos para a participação em atividades extras como as atividades esportivas que não possuem uma regulamentação adaptadas às suas especificações. Dessa forma, além de um baixo índice de estudantes, eles sofrem com a violência e com os afetamentos psicológicos dela que culminam no trancamento de disciplinas ou do curso.

4.3 Saúde para pessoa trans

Diante do cenário de violência psicológica, moral e física na vida de uma pessoa trans, percebe-se a necessidade de uma atenção especializada e representativa nos serviços de saúde, tendo em vista que o preconceito e a discriminação perpassa esse local de cuidados (SANTOS, SHIMIZU, MERCHAN-HAMANN, 2014). A partir disso, podemos compreender que nas diversas esferas sociais a transfobia está presente e sustenta um sistema heteronormativo que adoce e gera diversos impactos psicológicos nessas pessoas.

Os autores Favero, Machado e Freitas (2022) desenvolveram um trabalho que relata os progressos das políticas públicas voltadas ao público trans, hormonioterapias e cirurgias plásticas, principalmente a de redesignação sexual. Dessa relação, eles buscam informar as mudanças que ocorreram nos projetos, além de mencionar como o público alvo vem sendo ampliado, visando não somente o público transexual, mas os transgêneros, os travestis e o público trans infantil. Contudo, os autores esclarecem que em relação ao adulto, as políticas se direcionam a uma despatologização com mudanças de termos como, “transtorno de identidade de gênero” em “disforia de gênero”, redução do tempo de acompanhamento de dois para um ano e a diminuição de relatórios para a realização de procedimentos.

Ademais, enquanto para o público infantil houve o movimento oposto, mais estudos, mais acompanhamentos e atendimentos dominados pelas áreas de cunho biomédico, tentando conceituar meios de percepção da transexualidade na infância e as classificando com termos psiquiátricos desde cedo como, a incongruência de gênero que possui subdivisão na vida adulta e na infância, conceitos que podem gerar possíveis deslocamentos desses indivíduos para uma categoria de “anormalidade”, enquanto a criança cis é evidenciada como o esperado ou “o normal”.

Outrossim, Thomazi, Avila, Teixeira (2022) salientam a necessidade de um serviço de saúde para população trans diante de sua realidade que a necropolítica forja. É visto que o atendimento para as pessoas transexuais é voltado para prevenção de Infecções Sexuais Transmissíveis (IST) e modificações corporais, no entanto suas demandas não são somente essas. O acolhimento com psicólogos e profissionais da saúde mental é fundamental, tendo em vista uma realidade de vulnerabilidade social e sem acesso aos seus direitos básicos para que possa fornecer uma validação do sofrimento da pessoa trans (ALMEIDA; MURTA, 2013).

De acordo com a pesquisa de Monteiro, Brigeiro (2019), a população trans está mais ciente de seus direitos e serviços disponíveis, buscando com mais frequência os serviços de saúde ao longo dos anos, afirmando melhorias no preparo para atender essa população, porém relatam que além dos problemas comuns a todos os cidadãos como a alta demanda, falta de medicações e médicos, sofrem com constrangimentos relacionados ao seu nome social, principalmente quando a mudança no documento ainda não foi concluída. Além disso, muitos transexuais e travestis possuem conhecimentos sobre as medicações e seus efeitos, sejam colaterais ou não, mas por conta da falta de reconhecimento relatam que não possuem autonomia no seu próprio tratamento ou uma participação ativa em conjunto com a equipe, assim optando pela automedicação e se submetendo à situações de risco, juntamente com os atendimentos prescritos por profissionais.

Por fim, vale destacar que o direito à saúde da população trans é pensado em uma lógica heteronormativa, na qual sustenta um sistema com condutas preconceituosas e discriminatórias (LIONÇO, 2009; LUCENA et al, 2022). Dessa maneira salientamos que o acesso à saúde deve estar atrelado aos direitos básicos de existir: respeito, equidade, representatividade e seus princípios éticos-políticos para garantir que essas pessoas obtenham um serviço de saúde de qualidade (JANINI, 2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do objetivo exposto, percebeu-se a necessidade da implicação e elaboração de medidas por partes independentes do Governo, como o Supremo Tribunal Federal, com a finalidade de analisar o desempenho governamental em lidar com as precariedades desse público. A veracidade de pesquisas, dados e informações produzidas no período de 2018 a 2022, e os possíveis impactos que as tentativas de apagamento possam ter reverberado nessa população, assim responsabilizando representantes políticos e administrativos, possibilitando condições ideais de cidadania para essa minoria social e o cumprimento da justiça social.

Além disso, também se pode desenvolver medidas a partir das instituições públicas e particulares que fomentem a diversidade sexual, sejam através de rodas de conversas, vivências ou palestras para que discussões sobre a garantia de direitos dessa população tornem-se do conhecimento de todos e mais frequentes. Baseando-se na existência de poucas discussões sobre a temática da transexualidade em anos anteriores, é plausível que haja poucos dados, pesquisas, teorizações e um aparato sócio-político mais complexo que ampare essas pessoas em uma sociedade pautada no cientificismo biológico e heteronormativo.

No entanto, com o decorrer dos anos, por mais que essa causa esteja chegando nas pautas e que já ocorra algumas permissões sócio-políticas de integração dessa população, não há movimentações bem-sucedidas e uma base de dados coesa e segura que mostre esta realidade e a efetivação de ações interventivas. Sugere-se, ainda, um investimento mais acentuado em pesquisas empíricas a fim de compreender melhor os afetamentos psicológicos em pessoas transexuais e travestis gerados pelo fenômeno necropolítico para que, assim, a psicologia possa contribuir efetivamente na promoção de saúde mental e na qualidade de vida dessas pessoas.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. **Estado de Exceção**, trad. Iraci D. Poleti, v. 2, 2004.
- AGOSTINI, Rafael; CASTRO, Adriana Miranda de. **O que pode o Sistema Único de Saúde em tempos de necropolítica neoliberal?**. Saúde em debate, v. 43, p. 175-188, 2020.
- ALBUQUERQUE, G. A. et al. **Violência Psicológica em lésbicas, gays, bissexuais e travestis e transexuais no interior do Ceará, Brasil**. Saúde Debate, v. 40, n 109, p. 100-111, abr-jun, 2016.

- ALEXANDRE, Vinícius; SANTOS, Manoel Antônio dos. **Experiência conjugal de casal cis-trans: contribuições ao estudo da transconjugalidade**. Psicologia: Ciência e Profissão, v. 39, 2020.
- ALLPORT, G. W. 1954 **The Nature of Prejudice**. Cambridge, Mass.: Addison-Wesley. 1954.
- ALMEIDA, Guilherme; MURTA, Daniela. **Reflexões sobre a possibilidade da despatologização da transexualidade e a necessidade da assistência integral à saúde de transexuais no Brasil**. Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro), p. 380-407, 2013.
- AZEVEDO, M.; BRAGA, N.; SILVA, F. **O corpo trans em galeria: reflexões sobre o dispositivo da transexualidade**. Revista Heterotópica, v.2; n. 2 ago. dez. 2020.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa. Portugal: Edições, v. 70, 1977.
- BENEVIDES, B. G. **DOSSIÊ: Assassinatos e Violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021**. Brasília: Distrito Drag, ANTRA, 2022.
- BEZERRA, D. et al. **Homens Transexuais: invisibilidade social e saúde mental**. Temas em Saúde, vol 18, n.1, 2018.
- BUTLER, J. **Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade**. 19° ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.
- BUTLER, J. **Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?** - 7° Ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.
- CARAVACA-MORERA, Jaime Alonso; PADILHA, Maria Itayra. **Necropolítica trans: diálogos sobre dispositivos de poder, morte e invisibilização na contemporaneidade**. Texto & Contexto-Enfermagem, v. 27, 2018.
- CARRARA, Sergio. **Discriminação, políticas e direitos sexuais no Brasil**. Estigma e Saúde. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, p. 143-160, 2013.
- CASSORLA, R. M. S. **Suicídio, Fatores inconscientes e aspectos socioculturais: uma introdução**. Ed. Blücher, 2°reimpressão, 2018.
- CERQUEIRA, Daniel et al. **Atlas da violência 2021**. São Paulo: IPEA, 2021
- CFP. **Tentativas de Aniquilamento de Subjetividades LGBTIs**. - Brasília, DF: CFP, 2019.
- CHINAZZO, Ítala Raymundo et al. **Impacto do estresse de minoria em sintomas depressivos, ideação suicida e tentativa de suicídio em pessoas trans**. Ciência & Saúde Coletiva, v. 26, p. 5045-5056, 2021.
- CUNHA, N. et al. **Enfrentamentos dos efeitos do racismo, cissexismo e transfobia na saúde mental**. São Paulo: Editora Dandara: Instituto AMMA Psique e Negritude, 2021.

- DEUS, Meiridiane Domingues de; DIAS, Ana Cristina Garcia. **Avós cuidadores e suas funções: uma revisão integrativa da literatura.** Pensando famílias, v. 20, n. 2, p. 56-69, 2016.
- DOVIDIO, John F.; GLICK, Peter; RUDMAN, Laurie A. (Ed.). **On the nature of prejudice: Fifty years after Allport.** John Wiley & Sons, 2008.
- FAVERO, Sofia; MACHADO, Paula Sandrine; FREITAS, Rafaela Vasconcelos. **Corpo da criança, corpo do adulto: um olhar sobre as revisões diagnósticas que compõem fronteiras entre pessoas trans.** Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro), 2022.
- FOUCAULT, M. **História da Sexualidade 1: a vontade de saber.** 9ªed. - Rio de Janeiro/São Paulo, Paz & Terra, 2019.
- FRANCISCO, L et al. **Ansiedade em minorias sexuais e de gênero: uma revisão integrativa.** Jornal Brasileiro de Psiquiatria, p.48-56, 2020.
- HALGIN, R.; WHITBOURNE, S. **Psicopatologia: Perspectivas clínicas dos transtornos psicológicos.** - 7ª. Ed. - Porto Alegre: AMGH, 2015.
- JANINI, Janaina Pinto et al. **A construção epistemológica da transexualidade: a ciência, enfermagem e o senso comum.** Escola Anna Nery, v. 23, 2019.
- LERRI, Maria Rita et al. **Características clínicas de uma amostra de pessoas transexuais.** Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia, v. 39, n. 10, p. 545-551, 2017.
- LIONÇO, Tatiana. **Atenção integral à saúde e diversidade sexual no Processo Transexualizador do SUS: avanços, impasses, desafios.** Physis: revista de saúde coletiva, v. 19, p. 43-63, 2009.
- LUCENA, Marcelle Medeiros et al. **Para além do processo transexualizador: concepção e implementação de um serviço despatologizador e integral à saúde trans e travesti no contexto da atenção primária à saúde na cidade de Porto Alegre (RS).** Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade, v. 17, n. 44, p. 2873-2873, 2022.
- LUZ, B. P.; TORESAN, L. H. **Homossexualidade, Psicopatologia e Saúde Mental.** v.1, n. 1, 2020.
- MBEMBE, A. **Necropolítica.** 1ª ed, Brasil, 2021.
- MEDEIROS, Ettore Stefani. **Necropolítica tropical em tempos pró-Bolsonaro: desafios contemporâneos de combate aos crimes de ódio LGBTfóbicos.** Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde, v. 13, n. 2, 2019.
- MELO, D. S.; SILVA, B. L.; MELLO, R. **A Sintomatologia depressiva entre lésbicas, gays, bissexuais e transexuais: um olhar para a saúde mental.** Rev.Enferm UERJ, v.27, p. 1-8, 2019.

MONTEIRO, Simone; BRIGEIRO, Mauro. **Experiências de acesso de mulheres trans/travestis aos serviços de saúde: avanços, limites e tensões**. Cadernos de Saúde Pública, v. 35, 2019.

MOREIRA, Maria Ignez Costa et al. **Mulheres, travestis e transexuais: interseções de gênero em documentos de políticas públicas**. Fractal: Revista de Psicologia, v. 30, p. 234-242, 2018.

Organização Mundial de Saúde. (17 de Junho, 2022)

RODRIGUES, L. **Resiliência na População Transgênero: uma revisão sistemática**. 2019.

RÜCKERT, Bianca; CUNHA, Daisy Moreira; MODENA, Celina Maria. **Saberes e práticas de cuidado em saúde da população do campo: revisão integrativa da literatura**. Interface-Comunicação, Saúde, Educação, 2018.

SANTOS, Adelyany Batista dos; SHIMIZU, Helena Eri; MERCHAN-HAMANN, Edgar. **Processo de formação das representações sociais sobre transexualidade dos profissionais de saúde: possíveis caminhos para superação do preconceito**. Ciência & Saúde Coletiva, v. 19, p. 4545-4554, 2014.

SANTOS, Manoel Antônio dos; OLIVEIRA, Wanderlei Abadio de; OLIVEIRA-CARDOSO, Érika Arantes de. **Inconfidências de abril: Impacto do isolamento social na comunidade trans em tempos de pandemia de COVID-19**. Psicologia & Sociedade, v. 32, 2020.

SILVA, G. W. S. et al. **Situações de violência contra travestis e transexuais em um município do nordeste brasileiro**. Rev.Gaúcha de Enferm. vol 37, 2016.

SOUZA, J et al. **Desfechos negativos em saúde mental de minorias de sexo e de gênero: uma análise comportamental a partir da teoria do estresse de minoria**. Rev.Perspectivas - Ed.Especial: estresse de minoria, pp. 069-085, 2022.

THOMAZI, Guilherme Lamperti; AVILA, Simone; TEIXEIRA, Luciana Barcellos. **Ambulatório T da Atenção Primária à Saúde de Porto Alegre: política pública de inclusão e garantia de direito à saúde de pessoas trans**. Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro), 2022.

VÁZQUEZ, Claudia Lazcano et al. **Necropolítica, políticas públicas interseccionales y ciudadanía trans**. Ex aequo, n. 40, p. 141-156, 2019.

VIANA, Carolina Pinto et al. **A vivência de estudantes transgênero na universidade**. Acta Paulista de Enfermagem, v. 35, 2022.

SALIH, S. **Judith Butler e a Teoria Queer**; tradução e notas Guacira Lopes Louro. - 1 .ed.; 6. reimp. - Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

- STONA J. **Relações de Gênero e Escutas Clínicas.** - 1º ed. Salvador - BA. Editora Devires, 2021.
- JORGE, M.; TRAVASSOS, N. **Transexualidade: o corpo entre o sujeito e a ciência.**- 1. ed. - Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- CROCHIK, José Leon. **Preconceito, indivíduo e sociedade.** Temas psicol., Ribeirão Preto , v. 4, n. 3, p. 47-70, dez. 1996 .
- BILITÁRIO, B. F.; FREIRE, R. S. **“A imundícia tá de calcinha”:** **Linchamento de Travesti Dandara na periferia de Fortaleza-CE, Brasil.** Opara: Etnicidades, Movimentos Sociais e Educação, v.8, 2020.
- BIERNATH, A. **Preocupação de brasileiros com saúde mental quase que triplicou em 4 anos.** BBC News Brasil, 11 de Outubro de 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-63213184>. Acesso em: 26 de Outubro de 2022.
- OMS. **Pandemia de Covid-19 desencadeia aumento de 25% na prevalência de ansiedade e depressão em todo o mundo.** Plataforma OPAS, 2 de Maio de 2022. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/2-3-2022-pandemia-covid-19-desencadeia-aumento-25-na-prevalencia-ansiedade-e-depressao-em>. Acesso em 01 de Outubro de 2022.
- PENNA, C. **O campo dos afetos: fontes de sofrimento , fontes de conhecimento. Dimensões pessoais e coletivas.** Cad. psicanal. vol.39 no.37 Rio de Janeiro, jul./dez. 2017